



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade

Sub-Eixo: Ênfase em Sexualidades

## MÃES PELA DIVERSIDADE: UM MOVIMENTO EM DEFESA DO DIREITO DE EXPRESSÃO DE LIBERDADE SEXUAL

Mônica Lemes Neiva<sup>1</sup>

**Resumo:** A pesquisa consiste em apresentar um coletivo de Mães que mostram a realidade de discriminação social vivenciada pelos seus filhos LGBTQI+ na sociedade. Muitos filhos já perderam suas vidas por espancamentos devido à homofobia e transfobia. Por isso, as Mães pela Diversidade nascem com o propósito de lutar pelos seus filhos, e provam pelas suas histórias de vida que a diversidade sexual existe e é de suma importância que os paradigmas que a cercam sejam desconstruídos, para que seus filhos possam ter seus direitos garantidos, sobretudo o direito à vida.

Mães, Diversidade, LGBTQI+, Homofobia, Preconceito.

**Abstract:** The research consists of presenting a group of Mothers who show the reality of social discrimination experienced by their LGBTQI+ children in society. Many children have lost their lives through beatings due to homophobia, transphobia, so Mothers for Diversity are born for the purpose of fighting for their children, and prove through their life histories that sexual diversity exists and it is of the utmost importance that the paradigms surrounding it are deconstructed; so that their children can have their rights guaranteed, especially the right to life.

Mothers, Diversity, LGBTQI+, Homofobia, Prejudice.

### 1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar o movimento em defesa do direito de expressão de liberdade sexual a partir do Coletivo Mães pela Diversidade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos teve seus princípios absorvidos pela nossa Constituição Cidadã, de 1988. Ela assegura a igualdade, o respeito à diversidade e à dignidade de cada cidadã e cidadão e proíbe qualquer tipo de discriminação em cláusula pétrea. O artigo 5º diz que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Isso significa que ninguém pode deixar de ter seus direitos reconhecidos por conta de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Desta forma, é um princípio constitucional e uma diretriz da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim, direitos da população

---

<sup>1</sup> Estudante de Graduação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, E-mail: monica.neiva@uol.com.br.

LGBTQIA são, sim, direitos humanos!

O Brasil está em dívida para com a cidadania dessa população, uma vez que não há legislação nacional que criminalize explicitamente qualquer conduta discriminatória, tal como ocorre com o racismo. Existem apenas algumas leis municipais e estaduais que punem administrativamente a discriminação por orientação sexual.

Olhando para esse contexto social, em que a exclusão dos LGBTQI+ é cada vez mais real e crescente na estatística é que surge o movimento Mães Pela Diversidade, um coletivo que luta pelo direito à vida e o pleno exercício da cidadania dos filhos e filhas. Para ressaltar a importância desse movimento social, é preciso explicar o processo sócio-histórico de formação do núcleo familiar no mundo e no Brasil.

## **2. FAMÍLIA E HOMOSSEXUALIDADE**

Entender a família é de extrema importância para compreendermos a grande dificuldade de se aceitar em seu meio o diferente, que aqui neste caso trata-se da orientação sexual de um ou mais membros do grupo. Para esse entendimento, recorreremos a Aranha (1990, p.80) para definir esse grupo social tão complexo:

A família é um grupo social de indivíduos diferenciados por sexo, idade, que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções, ela não é uma mera somatória de indivíduos que a compõe, mas sim, um conjunto heterogêneo composto de seres com sua própria individualidade e personalidade. Assim, a sexualidade, a reprodução, a socialização são esferas potencialmente geradoras tanto de relações prazerosas quanto conflituosas.

A partir do século XVI, aparece na família um novo conceito, ou seja, a hierarquia familiar, uma forte tendência ao estabelecimento da vida privada da família e a intimidade, fortalecendo os laços entre seus membros. São fatores cruciais para entendermos o porquê de um membro homossexual causar tanto transtorno e discussão dentro do âmbito familiar.

Não podemos deixar de lembrar que a base da família brasileira é a família patriarcal, oriunda dos séculos XVII e XIX, um tempo em que as relações pessoais não tinham muita importância, comandada pela supremacia masculina. Ao homem era imposta a carga pesada da virilidade, denominada de varão, a autoridade do pai, avô, tio ou irmão mais velho era incontestável, não havendo espaço para a opinião das mulheres ou crianças.

O homem macho precisa comprovar sua virilidade o tempo todo, nem que para isso utilize outros meios para demonstrá-la, como exemplo, a arma de fogo, a arma branca (facas) e, atualmente, o carro. Em algumas épocas e lugares, para comprovar sua masculinidade, o “macho” era aquele que matava mais. Contrário das mulheres, o homem precisa aprender a se tornar homem. Prova disso são pais que levam seus filhos ao

completarem determinada idade para casas de bordéis, mesmo que esse não seja o desejo dos jovens. Nesse caso, observamos a masculinidade construída pela sociedade machista.

Ao chegar ao Brasil, a família nuclear burguesa traz com ela a ideia de casamentos arranjados e predomínio da herança entre os consortes. Para aumentar ou manter os bens da família, os filhos eram negociados por suas famílias e eram obrigados a se casarem. A todo custo deveria ser preservada a unidade familiar, como seus bens e, por isso eram comuns casamentos entre parentes.

Ainda no contexto da família colonial, que era composta não só pelos parentes naturais, mas por agregados, empregados e escravos, percebe-se que os filhos dos grandes senhores de engenho utilizavam os filhos dos escravos em seus ritos de passagem e brincadeiras sexuais, como nos mostra Trevisan (2000, p.116):

Era também com as escravas que os filhos dos senhores de engenho iniciavam sua vida erótica, da qual não excluíam nem os negrinhos da mesma idade com seus joguetes sexuais: na verdade era frequente que o menino branco se iniciasse no amor físico mediante a submissão do negrinho seu companheiro de folguedos, significativamente conhecido com o apelido de leva-pancadas.

A família patriarcal, nos primeiros anos de República, começa a mostrar nova configuração, pois com o aparecimento das novas profissões, a luz elétrica, os bondes, os imigrantes, as lojas comerciais e as indústrias ameaçam o patriarca, já que a extensa família de empregados começa a trocar o campo pelas grandes cidades e, com o declínio da agricultura, as indústrias começam a crescer e seus filhos são matriculados em Faculdades de Direito, escapando assim da ditadura do pai.

A família com o Estado e a Igreja ajudam a controlar a vida em sociedade impondo direitos, poderes e deveres, controle moral, ditando a regra do que é interdito ou permitido. Talvez seja por isso que de dentro dela surgem os primeiros preconceitos vividos pela criança e mais tarde reproduzidos pela sociedade, já que é pelo viés familiar que os sujeitos são introduzidos no meio social, trazendo consigo toda uma configuração própria de seu primeiro grupo social de vivência, uma vez que a família deveria ser um território seguro (proteção) para seus indivíduos.

Baseado em convicções patriarcais, e com o declínio da família nuclear burguesa, o Estado sentiu a necessidade de higienizar a sexualidade da família, contribuindo assim para que a homossexualidade intrafamiliar tomasse rumo ainda mais drásticos e aumentando o preconceito contra esse grupo de pessoas, pois era preciso se preocupar com a procriação de filhos saudáveis. Segundo Trevisan (2000, p.110),

Com esse pragmatismo patriótico que foi se efetivando em meados do século XIX, instauraram-se papéis sexuais bem delimitados: masculinidade e feminilidade se

identificaram com paternidade e maternidade, respectivamente. Tudo o que fugisse a esse padrão regulador seria anormal.

Com essa alegação da família saudável, a homossexualidade começou a ser novamente tratada como doença pelos médicos higienistas abalados com a possível doença. O Estado e a família começam a institucionalizar os possíveis doentes com o aval da psiquiatria, na tentativa de salvar seus entes queridos que se encontravam desviados, pois era preciso salvar as famílias e os bons costumes.

A família idealizada vai aos poucos desmoronando. Crescem os divórcios, as relações extraconjugais e modificam-se valores tidos até então como imutáveis. A mulher questiona os valores construídos no início do século XIX, sobre o pai como mantenedor da família, e passa de objeto do desejo a objeto desejante. É nos anos 60 que a mulher rompe os limites da "panela" social, e inverte os valores.

Na década de 90, a família começa a se mostrar com outro traço marcante: o aparecimento de casais formados por pessoas do mesmo sexo, alguns oriundos de outros relacionamentos heterossexuais e, conseqüentemente, a presença de seus respectivos filhos. Para o Estado, a família e a sociedade civil, essa presença se torna extremamente incômoda.

Apesar de todas as mudanças sofridas no decorrer do tempo, o Estado, que deveria proteger seus cidadãos, acaba reprimindo violentamente os homossexuais, já que na maioria dos casos de violência contra esses indivíduos a polícia é a principal responsável. Infelizmente o aparelho de repressão utilizado (a polícia) é proveniente de uma sociedade discriminatória e baseada em leis religiosas – de que homem deve se relacionar com mulher e vice-versa; nunca com pessoas do mesmo sexo biológico.

No caso dos homossexuais, essa tensão fica muito evidente, já que em alguns casos, como já fora dito antes, a família é o primeiro grupo a violar o direito de livre sexualidade de um componente do núcleo familiar. Vale ressaltar que quando falo em violência, me remeto não só à agressão física, mas aos inúmeros desconfortos causados, como, por exemplo, cutucões, risinhos e apelidos.

### **3. A LEGITIMIDADE DO MOVIMENTO EM DADOS ESTATÍSTICOS – BRASIL**

Foram 420 LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) que morreram no Brasil em 2018 vítimas da homolesbotransfobia: 320 homicídios (76%) e 100 suicídios (24%), uma pequena redução de 6% em relação a 2017, quando registraram-se 445 mortes, número recorde.

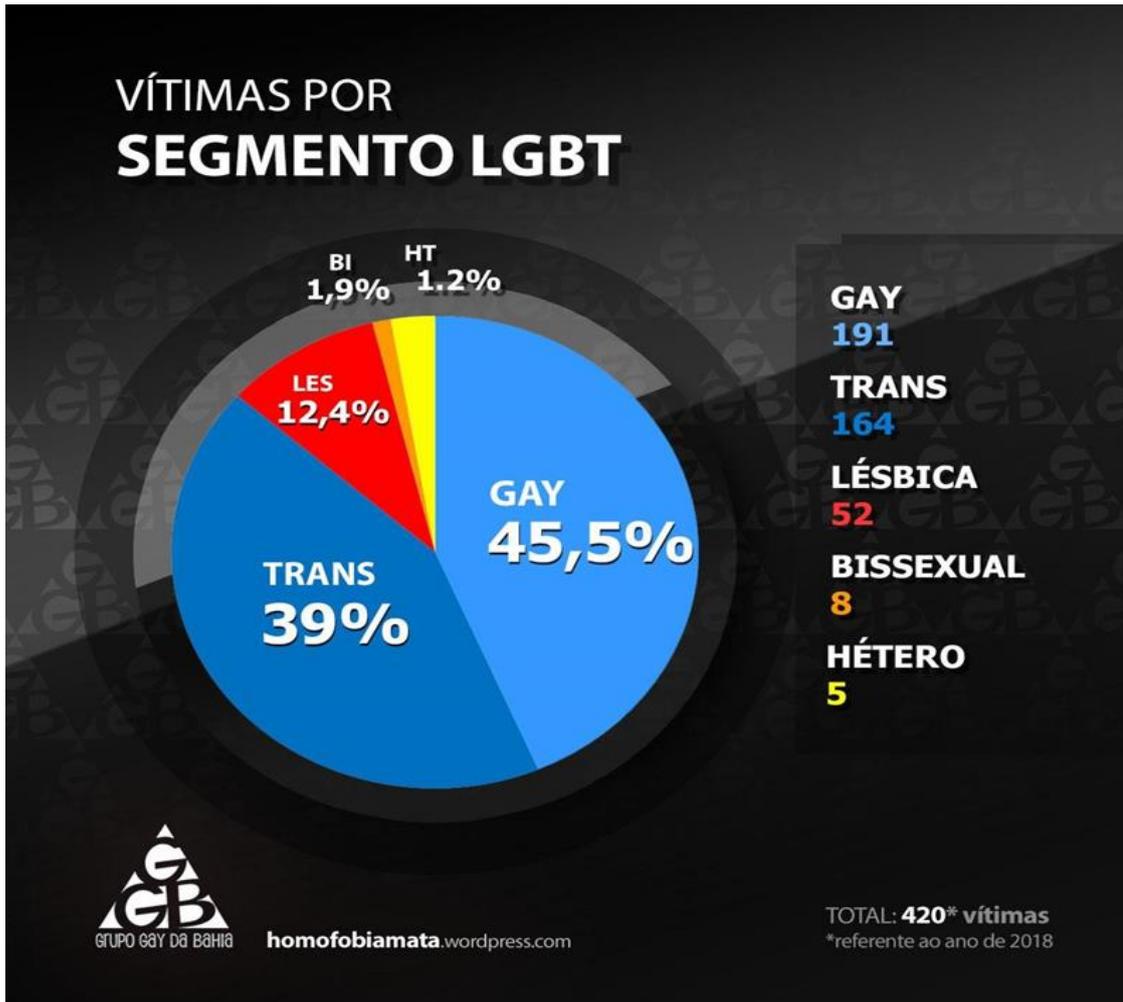
A cada 20 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da

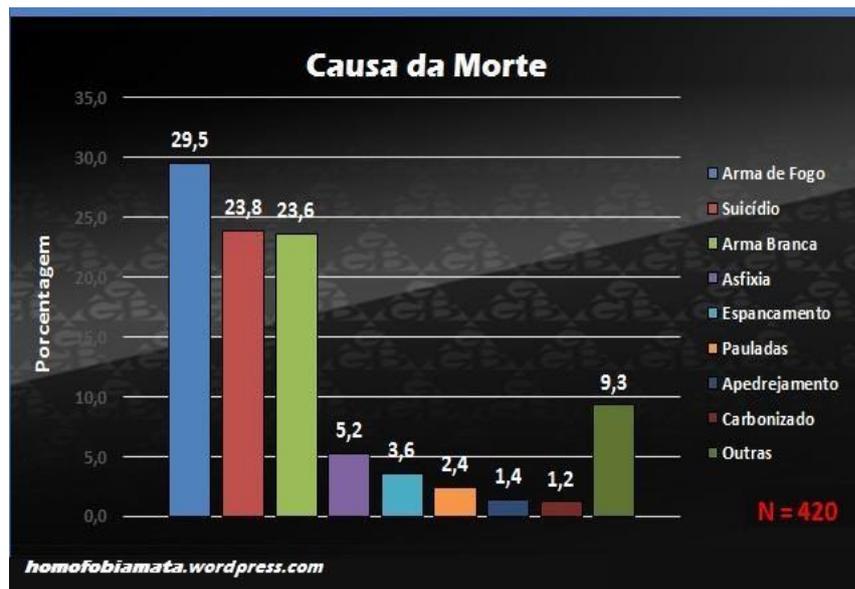
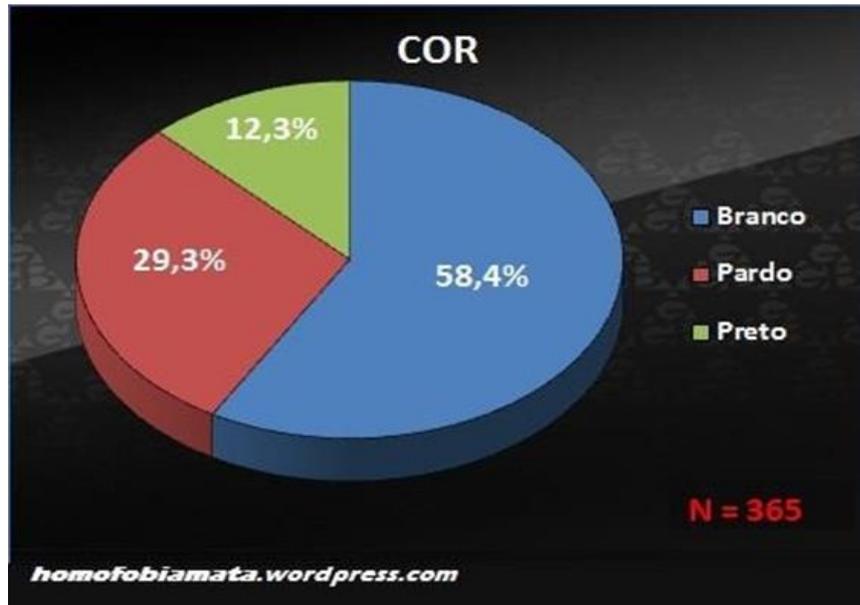
LGBTfobia, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais e transexuais no Brasil que nos 13 países do Oriente e África, onde há pena de morte contra os LGBT.

E o mais preocupante é que tais mortes cresceram assustadoramente nas últimas duas décadas: de 130 homicídios em 2000 saltou para 260 em 2010, 445 mortes em 2017 e 420 no ano Passado.

Durante os governos de FHC, mataram-se em média 127 LGBT por ano; na presidência de Lula 163 e no governo Dilma 296, sendo que nos dois anos e 4 meses de Temer foram documentadas em média 407 mortes por ano. Enquanto nos Estados Unidos, com 330 milhões, mataram-se no ano passado 28 transexuais, no Brasil, com 208 milhões de habitantes, “A cada 20 horas um LGBT morre de forma violenta vítima da LGBTfobia, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais”.







(Dados Grupo Gay da Bahia)

Dezenas de projetos de lei aguardam votação no Congresso Nacional, sendo 13 prioritários, de acordo com a Aliança LGBT e com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). Entre eles estão criminalização da LGBTfobia, casamento homoafetivo, adoção e uso das técnicas de reprodução assistida para famílias homoafetivas, alteração do nome e da identidade sexual e outras medidas para promover a igualdade, como uso de banheiro de acordo com a identidade de gênero.

Temas ligados à saúde, como o fim da restrição de doação de sangue e desenvolvimento de serviços para a população LGBT idosa também são conteúdo das propostas, além de assuntos relacionados, como a legalização da prostituição, uma vez que parte da população trans recorre à essa atividade.

#### **4. MÃES PELA DIVERSIDADE**

O coletivo das Mães pela Diversidade é uma Organização Não Governamental que tem como pilares a independência, laicidade e o suprapartidarismo. Nasceu na cidade de São Paulo em 2014, fruto de um encontro espontâneo de mães e pais de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais de todo o Brasil, preocupados com o avanço do fundamentalismo religioso, a insegurança jurídica, o preconceito e a violência contra a população LGBTQIA. Além disso, o grupo luta pelos direitos civis de seus filhos e filhas.

A princípio, funcionou como um grupo informal de encontro, mas, com o crescimento e necessidades crescentes de controle e compromissos, o grupo passou a adquirir identidade jurídica. Trata-se de um movimento político suprapartidário que tem por objetivo trabalhar em prol dos direitos civis de seus filhos.

Os objetivos são:

- a) promover cultura, educação, saúde, assistência social e voluntariado, estimulando o respeito e a tolerância à orientação sexual, à identidade de gênero e às diferenças culturais, sociais e raciais, promovendo condições para a construção de uma cultura solidária e ética;
- b) criar, implantar, auxiliar e executar programas, projetos e atividades de promoção das manifestações culturais e artísticas relativas à orientação sexual, identidade de gênero e às diferenças culturais, sociais e raciais;
- c) fomentar e promover a manifestação da cultura brasileira, em suas diferentes formas de expressão, como teatro, pintura, dança, artesanato ou quaisquer outras formas, com ênfase nas iniciativas que busquem e fortaleçam o respeito ao público LGBTQIA;
- d) promover palestras, debates, encontros, cursos e outros eventos, com ou sem a parceria do poder público ou de outras instituições, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, sediadas no País ou no exterior, sobre temas de interesse da Associação;
- e) estimular e desenvolver estudos e trabalhos com a finalidade de incentivar a implantação de políticas públicas nas áreas da saúde e da assistência social e

outras iniciativas compatíveis com suas finalidades;

- f) criar, implantar, auxiliar e executar programas, projetos e atividades de promoção da saúde e da assistência social, destinados à população LGBTQI+;
- g) firmar convênios ou acordos com entidades governamentais ou não, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, que visem à consecução de seus objetivos;
- h) criar, implantar, supervisionar e prestar consultoria em projetos de formação de lideranças para o fortalecimento de entidades e movimentos socioculturais.
- i) promover o voluntariado, a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos e a democracia.
- j) desenvolver quaisquer outras atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos sociais.

Durante a caminhada, também o movimento se descobriu como um grupo de acolhimento para as famílias que não compreendem ainda a condição de seus filhos e as que temem a LGBTfobia. Contou com voluntários de diversas áreas: psiquiatras, psicólogos, advogados e outros, que ajudam em tantos momentos dessa jornada. Tem, ainda, instituições parceiras, como o Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual (GADVs), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Instituto Brasileiro de Direitos da Família (IBDFAM), o Grupo de Pais de Homossexuais (GPH), a Associação Brasileira de Famílias Homoafetivas (ABRAFH), o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), por exemplo.

A missão das Mães pela Diversidade é tirar famílias da população LGBTQIA do “armário”, para que, juntos, possam gritar mais forte contra o *bullying*, a opressão, a segregação e a discriminação que sofrem nossos filhos desde crianças. Não pode admitir que seus filhos sejam considerados cidadãos de segunda categoria e luta para que tenham plenos e iguais direitos em nosso país.

## CONCLUSÃO

O Movimento social Mães pela diversidade nasceu em 1990 com quatro mães que viram seus filhos agredidos pela homofobia. Aos poucos foram unindo com outras mães que passaram pelo mesmo processo e chegaram à conclusão que deveriam ter encontros semanais para discutirem a demanda de seus filhos. Perceberam a dificuldade dos seus filhos em serem aceitos na família e compreenderam que a luta era grande, mas necessária. A demanda é o atendimento na questão de direitos pela expressão de liberdade sexual na particularidade da população LGBTQI+.

E dessa forma foram surgindo e chegando ao grupo mães muito sofridas, com casamentos desfeitos, com filhos depressivos. Essas mães foram se fortalecendo para que pudessem amar seus filhos e cuidar deles da mesma forma que cuidariam se fossem heterossexuais. A reivindicação primeira foi a preservação da vida dos filhos e das mães que sofrem preconceitos e ameaças. E a partir desse momento surgem as reivindicações para que a Lei fosse mudada para quem pratica homofobia. A Lei deve ser mudada e equiparada à lei do racismo. Homofobia é crime.

Outra pauta é dizer que a criança LGBT existe e como essas crianças são tratadas no seu espaço familiar, escolar e na sociedade. Em nenhum momento a pauta está voltada para falar pelo LGBT e sim para defender seus direitos através do amor das mães pelos seus filhos e hoje com um número expressivo de pais. A fala do grupo é no olhar da mãe que tanto sofre ao ver seu filho passando pela exclusão social e pela agressão física, com risco de morte. Muitas mães que perderam seus filhos estão na causa pelos filhos de outras mães, para que que permaneçam vivos, para que não ocorra com eles o que ocorreu com os seus filhos. De certa forma, elas garantem que seus filhos estejam presentes por elas estarem na luta.

Vale ressaltar que o movimento é suprapartidário e inter-religioso. São aceitas mães de todos os credos, partidos; hoje, com mães espalhadas por vários estados do Brasil.

Todas as mães podem falar em nome de todas as mães porque contam suas histórias e experiências a partir de suas próprias vivências. Os espaços são ocupados como faculdades, escolas, instituições, para que as mães falem ao mundo que os filhos vieram sim de uma família. As tomadas de decisões são realizadas a partir de reuniões, de encontros, ou pela própria página na internet (Facebook) ferramenta utilizada para tomadas de decisões, também de divulgação dos eventos e reivindicações. Existe a página de São Paulo e a página estadual.

Existe o grupo Whatsapp, que realiza muitos debates para alguma decisão importante.

Hoje conta com um grupo de psicólogos, advogados, assistentes sociais, pedagogos para encaminhamento das necessidades do coletivo. As redes sociais são muito utilizadas como forma de divulgação e reivindicação.

### **O PROJETO ESPECÍFICO DE HOJE É EXPANDIR CADA VEZ MAIS O MÃES PARA QUE CHEGUE EM TODOS OS ESTADOS DO BRASIL**

Cada vez que uma mãe passa falando do seu amor ao seu filho é a certeza que alguém a escuta. O que o movimento mais almeja é que as famílias “saíam do armário” e venham com seu amor fortalecer o seu filho LGBTQI+, porque essa não é uma luta fácil. A homofobia tem de ter um fim e as Mães Pela Diversidade batalham para que a sociedade diminua o seu preconceito.

### **REFERÊNCIAS**

ARANHA, Maria Cristina Bruschini. **Mulher, casa e família. Cotidiano nas camadas médias paulistanas.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990.

SANTOS, Élcio Nogueira- *“Conto ou não conto?”* Os significados e os sentidos de tornar pública a orientação sexual homossexual para adolescentes masculinos da cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Programa de Estudos Pós-Graduados, PUC-SP, 2004.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso, a homossexualidade no Brasil, da Colônia a atualidade.** 3ª edição, Editora Record. Rio de Janeiro, 2000.